

## MAPEAMENTO DAS LÍNGUAS DE SINAIS INDÍGENAS NO POVO XUKURU DO ORORUBÁ NO CONTEXTO DOS ESTUDOS SURDOS

### *MAPPING OF INDIGENOUS SIGNAL LANGUAGES IN THE XUKURU PEOPLE FROM ORORUBÁ IN THE CONTEXT OF DEAF STUDIES*

### *MAPEO DE LOS LENGUAS DE SIGNOS INDÍGENAS EN EL PUEBLO XUKURU DE ORORUBÁ EN EL CONTEXTO DE LOS ESTUDIOS SOBRE SORDOS*

MONICA LIMA SILVA DE MOURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMARAGIBE, PERNAMBUCO, BRASIL  
[MONICAUSOLIBRAS@GMAIL.COM](mailto:MONICAUSOLIBRAS@GMAIL.COM)  
[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-7511-6919](https://orcid.org/0000-0002-7511-6919)

JOÃO CARLOS GOMES  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
PORTO VELHO, RONDÔNIA, BRASIL  
[JOAOGUATO@UNIR.BR](mailto:JOAOGUATO@UNIR.BR)  
[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0003-1281-2041](https://orcid.org/0000-0003-1281-2041)

**RESUMO:** Os registros das línguas de sinais indígenas são fundamentais de importância para construção de diálogos interculturais considerando a cultura e identidade dos povos indígenas do Brasil. Os registros e documentação das línguas de sinais indígenas são uma forma de reconhecermos a cultura e identidade de cada povo indígena na constituição das línguas de sinais. O presente estudo e pesquisa têm como objetivo identificar as possíveis contribuições das línguas de sinais indígenas para construção de relações interculturais dos indígenas surdos do Povo Xukuru do Ororubá, dos municípios de Pesqueira e Poção no Estado de Pernambuco. Trata-se de estudo etnográfico ancorado nas concepções dos estudos surdos na perspectiva dos estudos culturais. Por meio de estudos preliminares identificou-se a presença de indígenas surdos no Povo Xukuru que ainda não tiveram acesso à educação escolar indígena e nem a língua brasileira de sinais (LSB). Por conta disso, buscou-se realizar um estudo etnográfico exploratório voltado para identificação da presença de sinais próprios que contribua para a documentação de sinais indígenas relacionado à cultura e identidade que contribua para os processos próprios de ensino e aprendizagem no contexto da educação escolar indígena.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua Brasileira de Sinais; Estudos Surdos; Povos Indígenas; Povo Xukuru do Ororubá.

**ABSTRACT:** The records of indigenous sign languages are very much important for the construction of intercultural dialogues considering the culture and identity of the Brazilian indigenous people. The records and documentation of indigenous sign languages are a way of recognizing the culture and identity of each indigenous people in the constitution of sign languages. This study and research aim to identify the possible contributions of indigenous sign languages to build intercultural relations of deaf indigenous people in the Xukuru People from Ororubá, from the municipalities of Pesqueira and Poção in the State of Pernambuco (Brazil). This is an ethnographic study based on the conceptions of deaf studies from the perspective of cultural studies. Preliminary studies identified the presence of deaf indigenous people in the Xukuru people who have not had access to indigenous education yet or the Brazilian sign language (BSL). In this way, an exploratory ethnographic study was conducted to identify the presence of proper signs that contribute to the documentation of indigenous signs related to culture and identity which can contribute to the proper teaching and learning processes in the context of indigenous education.

**KEYWORDS:** Brazilian Sign Language; deaf studies; indigenous people; Xukuru people from Ororubá.

**RESUMEN:** Los registros de las lenguas de signos indígenas son muy importantes para la construcción de diálogos interculturales considerando la cultura y la identidad de los indígenas brasileños. El registro y documentación de las lenguas de signos indígenas son una forma de reconocer la cultura y la identidad de cada pueblo indígena en la constitución de las lenguas de signos. Este estudio e investigación tienen como objetivo identificar las posibles

*contribuciones de las lenguas de signos indígenas para construir relaciones interculturales de los pueblos indígenas sordos del Pueblo Xukuru de Ororubá, de los municipios de Pesqueira y Poción en el Estado de Pernambuco (Brasil). Se trata de un estudio etnográfico anclado en las concepciones de los estudios de sordos desde la perspectiva de los estudios culturales. Estudios preliminares identificaron la presencia de indígenas sordos en el pueblo Xukuru que aún no han tenido acceso a la educación escolar indígena o al lenguaje de señas brasileño (LSB). De esta forma, se buscó realizar un estudio etnográfico exploratorio para identificar la presencia de signos propios que contribuyan a la documentación de signos indígenas relacionados con la cultura y la identidad que puedan contribuir a los procesos de enseñanza y aprendizaje adecuados en el contexto de la educación escolar indígena.*

**PALABRAS CLAVES:** Lengue de Signos Brasileira; Estudos de sordos; Povos Indígenas; Pueblo Xukuru de los Ororubá.

## Introdução

Refletindo sobre as belezas do mundo, é possível reconhecer que estudar as epistemologias das línguas de sinais indígenas é tocar a essência da alma da cultura e identidade dos povos surdos. Nesse sentido, os registros das línguas de sinais indígenas visam contribuir com o pensamento científico dos estudos surdos, baseados em reflexões intelectuais relacionadas ao reconhecimento das identidades raciais para os estudos das manifestações das linguagens gestual-visuais.

Os registros das línguas de sinais são de fundamental importância para a construção de diálogos interculturais considerando a cultura e identidade dos povos indígenas do Brasil. Com efeito, o registro e a documentação das línguas de sinais indígenas demonstram claramente que as linguagens gestuais possuem epistemologias que revelam as próprias maneiras dos surdos ao ver, pensar e compreender as relações com o mundo. Em tal cenário, a língua de sinais do Povo Xukuru do Ororubá, de Pernambuco, no contexto epistemológico, pode ser explicada nos pressupostos teóricos dos estudos surdos que revelam diversas formas de reconhecermos os artefatos da cultura e identidade de cada povo indígena na constituição das línguas de sinais. Também é uma maneira de registrar a visão dos estudos culturais sobre as diversas formas de comunicação, o que pode contribuir para a promoção da justiça social e superação das diferenças entre indígenas surdos e indígenas ouvintes.

Desse modo, as línguas de sinais indígenas são essenciais para a promoção de diálogos interculturais entre surdos e ouvintes como partes diversificadas da Terra. Isto porque elas se configuram como instrumento de resistência e descolonização das relações de poder entre os povos indígenas. O ato de registrar e documentar essas formas de linguagem contribui para promover o direito à diversidade por meio das relações de interculturalidade nos processos próprios de comunicação e expressão.

O estudo das epistemologias surdas nos campos híbridos da linguística também contribui para a descrição cultural e identidade das diversas maneiras de ser e estar sendo indígenas na diversidade cultural brasileira. Essa compreensão leva ao empoderamento das pessoas surdas, promovendo as línguas de sinais como uma forma de reconhecimento da pluralidade cultural dos indígenas. Assim, não resta dúvida que a linguagem presente nas línguas de sinais é uma das possibilidades sociais que temos para reconhecer as diferenças culturais presentes no meio linguístico.

Na perspectiva epistemológica, Carlos Skliar (1998) comenta que as crianças surdas devem crescer bilíngues: das duas línguas, a primeira deve ser a de sinais, e a segunda, a originária de seu meio. Assim, a aquisição da língua de sinais no contexto indígena é uma forma de garantir ao surdo o desenvolvimento linguístico e, além disso, possibilitar o desenvolvimento

cognitivo da identidade e da cultura surda. Portanto, aceitar as diferenças entre surdo e ouvintes é uma forma que temos de promover os diálogos interculturais e, assim, garantir a união produtiva das duas.

Vilhalva e Gomes (2020) reconhecem, com base em estudos linguísticos, que os sinais utilizados pelos surdos indígenas – independentemente do contato que tiveram com a Língua Brasileira de Sinais – possuem características comuns às línguas naturais, tais como variações linguísticas, iconicidade, arbitrariedade. Nesse prisma, os pesquisadores asseguram que nas comunidades indígenas os sujeitos surdos sinalizam as “línguas maternas”, que também são reconhecidas como idioma materno, língua de herança ou primeira língua. Para os surdos indígenas, as “línguas maternas” são constituídas no contexto sociolinguístico como a primeira possibilidade de aprendizado das línguas de sinais para uma melhor interação com seus familiares e a sua comunidade. Tais línguas são de modalidade gestual-visual, é no espaço visual que ocorrem as configurações dos sinais que comunicam e expressam frases, textos e discursos polifônicos.

Do ponto de vista do Marco Legal, a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 garantiu a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua da comunidade surda. Por outro lado, o decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2015 estabelece importantes inovações para a educação dos surdos, pois os identifica com aqueles que interagem com o mundo por meio de experiências visuais que manifestam sua cultura no uso da língua de sinais e, assim, asseguram o direito deles.

Neste cenário, acredita-se que as políticas de educação intercultural do surdo na perspectiva dos estudos culturais das escolas indígenas encontram-se contextualizadas nas lutas sociais em defesa do reconhecimento das diferenças nos paradigmas da interculturalidade da sociedade brasileira, que possui uma formação sustentada na diversidade das culturas indígenas e afrodescendentes.

De fato, temos diversos grupos étnicos reivindicando o direito do reconhecimento das diferenças, visando à construção das identidades como forma de afirmação das suas próprias culturas e denunciando as discriminações a que estão submetidos nos processos de ensino-aprendizagem que não respeitam a diversidade de comunicação e de expressão no âmbito da educação básica.

O uso das línguas de sinais nas comunidades indígenas já é uma realidade entre diversos povos indígenas. Para tanto, a base são os estudos realizados por pesquisadores que tem analisado, observado e estudado toda o percurso de pesquisa diante d eum olhar diferenciado aos Estudos Surdos das Línguas de Sinais Indígenas. E se reconhecem que tais línguas de sinais possuem gramática própria, tornando-se um marco referencial na construção da identidade cultural dessas comunidades.

No âmbito da pesquisa, diversos estudos e pesquisas estão sendo realizados para o mapeamento das línguas de sinais indígenas na perspectiva da identidade cultural desses povos. Essas pesquisas são realizadas com base nos pressupostos dos estudos surdos pós-críticos relacionados aos paradigmas da educação intercultural. Nesse contexto, a pesquisadora Mônica Lima Silva de Moura realizou estudos preliminares voltados ao Mapeamento de Surdos do Povo Xukuru do Ororubá, no Estado de Pernambuco.

De 2016 a 2020, Mônica vem monitorando informações que revelam a existência de 36 escolas no Povo Indígena, com 260 professores e 2.875 alunos matriculados. O mapeamento foi realizado com base nos pressupostos dos estudos pós-críticos, a partir de uma roda de conversa com professores das escolas indígenas levantando duas questões motivadoras: existem surdos entre os Xukuru do Ororubá? Esses alunos dominam a língua brasileira de sinais?

Tais questões motivadoras foram levantadas com o objetivo de reforçar a necessidade

de realização de registros e documentações relacionados aos fenômenos sociolinguísticos que emergem das relações entre indígenas surdos e indígenas ouvintes.

Como metodologia, reivindicamos os pressupostos das epistemologias pós-críticas dos estudos surdos. Essa perspectiva tem como referência Paraíso (2012), para quem os estudos pós-críticos são teorias que orientam o nosso próprio modo de pesquisar, cuja tarefa principal consiste em inventar e ressignificar as nossas próprias pesquisas. O pressuposto geral assumido pelos pós-críticos é a de que é possível pesquisar sem um método previamente definido.

Com base nessas questões motivadoras, acreditamos na proposta de pesquisar a partir de premissas, ou pressupostos teóricos, que definem o nosso próprio modo de conduzir nossas formas de ver, ouvir, sentir, fazer e dizer o mundo. E que isso passa pela ampliação das categorias de análise que contemplam as questões de gênero, raça, etnia, idade, cultura, regionalidade, entre outras relacionadas aos estudos da diversidade cultural.

Nesta perspectiva, torna-se essencial a realização de estudos e pesquisas para registrar e documentar os sinais próprios utilizados pelos indígenas nos processos de comunicação e expressão, de modo a fomentar ações pedagógicas de ensino-aprendizagem na educação de surdos no contexto das escolas dos Xukuru do Ororubá.

### **A resistência do Povo Xukuru do Ororubá**

Dados históricos mostram que o Povo Xukuru habita um conjunto de montanhas conhecido como Serra do Ororubá, no Estado de Pernambuco. Os registros sobre esse povo datam do século XVI, com uma história marcada pela resistência contra a ocupação do seu território que sofreu várias invasões por fazendeiros que realizaram violentos processos de expropriação de suas terras. Vários laudos antropológicos revelam que desde o Período Colonial ocorreram tais invasões por parte dos portugueses; nesse sentido, a antiga Vila de Cimbres (hoje uma aldeia Xukuru) foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores invasores, levando à extinção de muitas aldeias para registrar as terras em nome de fazendeiros.

A partir de 1654 a região habitada pelos Xukuru foi colonizada pelos portugueses. A Corte portuguesa iniciou doações de terras aos senhores de engenho do litoral brasileiro, para estimular a criação de gado no território. Após solicitações oficiais, os missionários Oratorianos fundaram o Aldeamento do Ararobá de Nossa Senhora das Montanhas, onde também eles (os religiosos) possuíam fazendas de gado e utilizavam a mão de obra indígena. O objetivo principal deles, ao catequizá-los, era o de escravizá-los atendendo às demandas dos colonizadores como mão de obra para trabalhar com o gado (EDSON SILVA, 2017).

Neste cenário, os indígenas se rebelaram contra a dominação colonial portuguesa. Segundo relatos de professores Xukuru do Ororubá, a presença dos colonizadores portugueses foi enfrentada com luta e resistência.

Neste contexto, a partir de 1759, no chamado Período Pombalino, por determinação do Marquês de Pombal, os povos indígenas foram proibidos de falar a língua materna e eram obrigados a falar somente a Língua Portuguesa; caso não obedecessem, seriam punidos. A mesma lei incentivava os casamentos mistos entre índios e portugueses; com isso, os “brancos” seriam maioria nas terras indígenas.

Edson Silva (2017) registra que em 1845 o imperador Dom Pedro II promulgou a Lei-Regimento das Missões, visando se dirigir às aldeias através de um fazendeiro político e que fosse aliado do imperador, o qual ocuparia o cargo de diretor dos índios. Esse fato possibilitou a união da Câmara e diretores e potencializou o aumento de roubos das terras indígenas,

principalmente no arrendamento do patrimônio dos Xukuru; então, o governo extinguiu os aldeamentos na segunda metade do século XIX. Relatos dão conta que os fazendeiros afirmavam que os indígenas desapareceram e existiam na Serra do Ororubá apenas “caboclos”. Porém isso era uma inverdade, pois as famílias indígenas que ficaram nas suas terras mantiveram suas tradições e rituais, mesmo de forma oculta, resistindo com a afirmação da sua cultura e identidade.

Essa situação calamitosa acontece desde 1910. Desde então, povos indígenas de Pernambuco buscam ajuda para que também o governo reconheça seus direitos sobre suas terras, pois sempre viveram sujeitos a ameaças permanentes de invasões. Com todas as reivindicações dos povos indígenas do Nordeste, a cidade que recebeu a instalação do primeiro posto do SPI na Região foi Águas Belas (PE), uma marcante conquista do povo Fulni-ô. No início da década de 1950, graças às mobilizações dos Xukuru, foi instalado também um posto do SPI na Serra do Ororubá (EDSON SILVA, 2017).

Entretanto, mesmo após a instalação de um posto do SPI, não findaram os conflitos dos indígenas com os fazendeiros invasores. No início do século XX, foi implantada a agroindústria em Pesqueira, com as fábricas de doces e conserva, a exemplo da conhecida Fábrica Peixe. Os plantios de tomate e de frutas e a criação de gado para produção destinada à agroindústria foram realizados nas terras dos indígenas, que, em parte, se tornaram trabalhadores em suas próprias terras invadidas. Outros deles, sem espaços para trabalho, migraram para a cidade sujeitando-se a trabalhar como operários em condições precárias nas fábricas instaladas na área urbana de Pesqueira.

Essa, aliás, foi uma situação que se prolongou até fins dos anos 1980, quando, liderados pelo Cacique “Xicão”, índios Xukuru do Ororubá participaram das mobilizações da Assembleia Nacional Constituinte; e, depois da aprovação da Constituição Federal em 1988, passaram a reivindicar suas terras invadidas pelos fazendeiros, que articularam o assassinato desse líder em 1998. Posteriormente, outras lideranças também foram assassinadas, mas apesar das mortes, das muitas violências e perseguições, os Xukuru do Ororubá conquistaram a demarcação das terras em 2001.

Atualmente, o Povo Xukuru do Ororubá está confinado num território de 27 mil hectares de terras demarcadas. Além de ser uma referência para as mobilizações indígenas no Brasil, os Xukuru têm sua história marcada pela forte atuação política do Cacique “Xicão” frente aos órgãos de controle e fiscalização das terras indígenas.

Em relação ao manejo da terra e às práticas agrícolas, os Xukuru do Ororubá são autossustentáveis, produzem verduras orgânicas que são vendidas nas feiras em Pesqueira e na vizinha cidade de Arcoverde. São reconhecidos pela organização e mobilização sociopolíticas, por seus direitos de Saúde e Educação específicas e diferenciadas.

É nesse contexto histórico que vive um grupo de surdos do Povo Xukuru do Ororubá. Esses indivíduos estão presentes no convívio social e comunitário, logo, partilham das manifestações socioculturais desse povo. Por isso, apresentamos a caracterização deles, por acreditar que merecem ter o mapeamento da sua língua de sinais para que possam ser registradas a cultura e identidade da língua de sinais dos Xukuru do Ororubá.

## Os surdos Xukuru do Ororubá

De acordo com Marin (2009), o desafio da educação escolar passa pela realidade de cada grupo, levando-se em consideração a revalorização das línguas e culturas locais e a adaptação

de suas possibilidades ao contexto global. Para ele, essa é uma opção teórica que implica em assumir os desafios epistemológicos, no sentido de que o reconhecimento depende da existência de outras visões de mundo e de aceitarmos o valor de outros tipos de conhecimentos e de outras formas de construir conhecimentos. Assim, reconhecemos que as línguas de sinais indígenas passam pela perspectiva intercultural como possibilidade de análise que permite descolonizar o saber e o poder.

Saber é poder. Essa afirmação resume nossa premissa. O saber é um dos pontos de sustentação da dominação, em todos os territórios das atividades humanas. E, no processo atual da globalização, o domínio do saber tecnológico é simbolicamente determinante das relações de poder. Há uma longa história de valorização e desvalorização dos conhecimentos, que marcou a relação entre as culturas dominantes e as dominadas. Esses conhecimentos são reproduzidos pelos sistemas educativos, que, para isso, utilizam o mecanismo da imposição de uma política educacional oficial, desde a época da dominação colonial e pós-colonial. A escola oficial encarregou-se de transmitir a visão de mundo, a língua e a cultura dominante, sendo uma instituição eficaz no seu objetivo de reduzir, denegrir e marginalizar as línguas, as visões de mundo e os conhecimentos ou saberes locais. [...] Assumir a interculturalidade como perspectiva possibilita-nos o reconhecimento e a valorização de outros sistemas culturais, para além de toda a hierarquização, em um contexto de complementaridade que possibilita a construção de um diálogo (MARIN, 2009, p. 129).

Com base nos pressupostos apresentados, no respeito às diferenças e reconhecimento da diversidade de saberes, a educação intercultural nos proporciona meios de refletir, de forma paradigmática, a complexidade e a riqueza de perspectivas nas línguas de sinais indígenas. Os pressupostos teóricos de interculturalidade nos possibilitam refletir sobre o papel das línguas de sinais indígenas como atividade constitutiva que possui relações interdisciplinares relacionando a língua e as identidades culturais, entendendo que o sujeito surdo se constitui nos processos de interação entre o eu, o outro e o mundo.

Dessa maneira, constatamos a presença de três surdos entre o Povo Xukuru do Ororubá, sendo que nenhum dos três domina a Língua Brasileira de Sinais nem tem acesso à educação escolar indígena.

Por meio de contato etnográfico realizado com a comunidade, foi possível identificar que nas relações interculturais entre os surdos e os ouvintes Xukuru do Ororubá cada grupo apresenta identidades específicas no mesmo contexto sociocultural. Uma das principais observações foi que esse povo não usa mais a língua materna e que os processos de ensino-aprendizagem da escola indígena não contemplam os pressupostos de educação diferenciada e bilíngue.

Dentre os indígenas surdos presentes na comunidade, os primeiros que encontramos foram um rapaz e uma moça, ambos de 18 anos, moradores da Aldeia Cana Brava. Segundo informações de uma professora, os dois não sabem ler, apenas copiam o conteúdo do quadro. A professora comenta que pode ser que eles entendam, porém, a cópia é a base de educação deles na escola indígena; apesar de ambos estarem matriculados no 9º ano do ensino fundamental, ainda não sabem a língua de sinais.

O fato de esses dois indígenas estarem no 9º ano do ensino fundamental indica que eles dispõem de uma base semântica de comunicação de sinais naturais que a escola indígena local desconhece, pela falta de conhecimento das línguas de sinais. A propósito, Vilhalva e Gomes (2020) alertam que a falta de conhecimento das línguas de sinais nessas comunidades pode prejudicar sobremaneira o desenvolvimento intelectual e cognitivo dos alunos indígenas.

[...] Reconhecemos também que existe carência de sensibilização das línguas de sinais nas comunidades indígenas para a consolidação de uma melhor interação entre ouvintes e surdos. É importante salientar que ao se negligenciar a utilização das línguas de sinais ocorre uma negação de acessibilidade aos surdos indígenas, o que dificulta as relações de interculturalidade para construção de diálogos fraternos e solidários em tais comunidades. Reconhecemos que os sinais naturais das línguas maternas nas

comunidades indígenas apresentam relações didático-pedagógicas que podem contribuir com os processos próprios de ensino-aprendizagem em contextos interculturais (VILHALVA; GOMES, 2020, p. 10).

Vilhalva e Gomes (2020) reconhecem, pois, que o uso de línguas de sinais maternos no contexto das famílias indígenas contribui para facilitar o relacionamento entre pais e filhos e promover a sensibilização para a tomada de consciência da aquisição das línguas de sinais. Quanto aos estudos surdos, eles reforçam que os sinais “presentes nas línguas maternas das comunidades indígenas produzem informações significativas relacionadas aos processos próprios de ensino-aprendizagem em contextos interculturais” (VILHALVA; GOMES, 2020).

Neste sentido, é possível assegurar que em cada família que tem um filho surdo (na qual geralmente a maioria é ouvinte) as primeiras estratégias de comunicação ocorrem por meio de linguagens gestual-visuais, com a utilização de diversos artefatos da cultura e identidade surda. Com isso, acredita-se que esses alunos indígenas dispõem de uma bacia semântica de sinais próprios que a escola desconhece por falta de orientação pedagógica de pesquisadores especializados na área.

Os pressupostos teóricos apresentados por Vilhalva e Gomes (2020) revelam que com o uso de sinais naturais criados nos ambientes familiares torna-se possível a construção de uma bacia semântica de sinais que pode contribuir com os processos próprios de ensino-aprendizagem nas escolas indígenas. E o uso desses sinais pode ser convencionado por meio de configurações iconográficas com base nas regras gramaticais e no léxico das línguas de sinais que permitam a expressão de conceitos abstratos e a produção de uma quantidade infinita de sentenças.

Outra realidade registrada em relação aos surdos indígenas trata-se das atividades pedagógicas em sala de aula. Eles não dispõem de intérpretes da língua de sinais e recebem todo o processo de ensino-aprendizagem pelo método oral, ou seja, os surdos não recebem nenhum atendimento pedagógico especializado pela língua de sinais. Com isso, podemos assegurar que os surdos Xukuru do Ororubá têm acesso à educação escolar apenas na perspectiva da educação inclusiva que permite o acesso do diferente à escola, sem assegurar processos de ensino-aprendizagem que levem em conta as diferenças culturais deles, inclusive de língua.

Neste contexto das observações etnográficas da escola do Povo Xukuru do Ororubá, encontramos um terceiro surdo: um adolescente de 13 anos, matriculado no 6º ano, na Aldeia Couro Dantas. Segundo informações do professor regente da sala, o rendimento escolar do aluno surdo não é proporcional para um adolescente, pelo fato de ele não receber educação diferenciada na língua de sinais. O professor revela que não domina a linguagem de Libras, mas tem desejo de aprender. Logo, a capacitação de professores na educação de surdos e na Língua Brasileira de Sinais é essencial, considerando que o reconhecimento da multiculturalidade na perspectiva intercultural ganhou grande relevância social e educacional com o desenvolvimento do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI/BRASIL, 1998).

Neste sentido, as políticas afirmativas de reconhecimento étnico, com as diversas propostas de inclusão na educação escolar, ampliação e reconhecimento dos movimentos de valorização da diversidade cultural, são uma necessidade emergencial em relação aos surdos indígenas do Estado de Pernambuco.

Conforme observamos, das 36 escolas indígenas do Povo Xukuru do Ororubá, pelo menos duas registram a presença de indígenas surdos. Por conta disso, é necessário haver estudos e pesquisas para registrar e documentar a língua de sinais desses sujeitos. Percebe-se, com efeito, nessas escolas a ausência de políticas públicas para atenderem às especificidades linguísticas, culturais e identitárias dos surdos indígenas, fato este que precisaria ser mais bem explorado em

outras pesquisas que almejamos realizar. Assim, compreendemos que a educação intercultural de surdos no processo de formação dos professores para educação intercultural consiste em gerar novas práticas de ensino-aprendizagem que passam pelo reconhecimento das línguas de sinais indígenas.

### **As relações interculturais na educação de surdos**

Os debates no campo educacional assumem os discursos das relações interculturais, colocando em pauta a problematização de temas que refletem os processos próprios de ensino-aprendizagem da educação escolar indígena que acolha as diferenças como reconhecimento da diversidade cultural. Desta forma, a educação escolar indígena, no contexto das Ciências Humanas, precisa e deve pesquisar os significados desses discursos e suas consequências. Caso contrário, interpretações tendenciosas poderão apagar a luta histórica de vários grupos sociais que vêm resistindo aos processos de colonização.

Para compreender os estudos surdos no contexto da educação escolar indígena na perspectiva das relações interculturais, torna-se essencial o reconhecimento da importância da linguística voltada às relações dos fatores sociais com a linguagem. Afinal, toda pesquisa linguística tem o potencial de reproduzir ou desafiar noções étnico-raciais, com a promoção do respeito às diferenças no marco dos pressupostos teóricos dos campos híbridos dos estudos culturais.

A questão é que essa discussão foi apropriada por diferentes visões político-ideológicas que acabam sendo compreendidas como mais um discurso na defesa da diferença num mundo que produz cada vez mais pessoas excluídas pelos processos de globalização das diversas manifestações culturais.

Observa-se que nas últimas décadas a educação de surdos tem sido objeto de estudos e causado profundas discussões relacionadas às mudanças de paradigmas do método oral para o bilinguismo, a aprendizagem da leitura e da escrita, como também a aprendizagem da língua de sinais. Acreditamos que para a compreensão das línguas de sinais do Povo Xukuru do Ororubá é necessária uma revisão da história da educação de surdos, refletindo sobre o empoderamento deles para identificá-los como aqueles que interagem com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando a cultura e identidade linguística.

A história da educação dos surdos tem um longo percurso desde a Idade Média até os dias atuais. Desse modo, é de fundamental importância entender os contextos sociais, históricos, culturais e políticos que influenciaram as sociedades. No século XV, por exemplo, alguns estudos realizados por Sacks (1989, p. 31 *apud* GOLDFELD, 1997, p. 27) revelam que a Igreja Católica Romana não entendia o surdo como um ser humano, mas como um indivíduo possuído por demônios, uma vez que não dispunha de expressões orais nos processos de comunicação. Mais tarde, em meados de 1400, alguns padres observaram os surdos com uma visão mais humanizada, a qual contribuiu, principalmente, para a inserção destes no processo de escolarização e para o desenvolvimento de metodologias de ensino com enfoque nas diferenças culturais.

Goldfeld (1997), inclusive, comenta que o padre Pedro Ponce de León (1520-1584), na Espanha, e Charles-Michel de L'Épée (1712-1789), na França, foram os primeiros estudiosos sobre as línguas de sinais que buscaram aprender e depois criar uma metodologia diferenciada para o ensino de surdos. E foi a partir desse pensamento e dessa busca que ocorreu a valorização da língua gestual.

No século XIX, porém, as práticas de ensino de surdos num viés de valorização da língua gestual foram tolhidas a partir das imposições teóricas e metodológicas advindas das deliberações do famigerado Congresso de Milão, de 1880, cujo pensamento, encabeçado por

Samuel Heinicke e outros pesquisadores oralistas, foi acolhido como o melhor caminho para a readaptação de pessoas com surdez. Deu-se início, portanto, ao oralismo como principal filosofia educacional para surdos.

Por outro lado, Lacerda (1998) observa que as metodologias oralistas tiveram como objetivo principal a integração da criança surda ao lado de ouvintes para o desenvolvimento da língua oral. Assim, o propósito da educação de surdos consistia então em auxiliá-los no desenvolvimento do pensamento, aquisição de conhecimentos e comunicação com o mundo ouvinte.

Nessa perspectiva, Goldfeld (1997) e Lacerda (1998) argumentam que o oralismo pautava-se no uso de métodos terapêuticos que expunham a criança surda à dor física, à repetição exaustiva e à tortura psicológica, para, assim, a conduzir à fala. Apesar de a metodologia oralista ser reconhecida por alguns como eficaz, esta se mostrou carregada de falhas e insuficiente para atender às demandas educacionais dos surdos na contemporaneidade.

Com base nesses pressupostos históricos, podemos reconhecer que as críticas aos processos metodológicos oralistas, bem como o insucesso do processo de alfabetização dos surdos nas línguas orais, resultaram na emergência de reflexões acerca da fragilidade dessa metodologia de ensino e a admissibilidade de outras propostas que pudessem facilitar os processos de ensino-aprendizagem na educação de surdos. Essa nova concepção constituiu-se na Filosofia da Comunicação Total. Nesse caso, o educador poderia fazer uso de diversos artefatos mediadores, sinais e qualquer outra proposição pedagógica para a promoção da aprendizagem com alunos surdos, porém sem abdicar de tentativas da reabilitação oral desses educandos.

Para Lacerda (1998), a flexibilidade no desenvolvimento pedagógico presente na Comunicação Total frente à rigidez terapêutica do oralismo acarreta muitos problemas didático-pedagógicos na educação de surdos. Por exemplo, a inserção do lúdico no contexto educacional em detrimento dos castigos físicos empregados aos surdos diminuiu os entraves no processo de alfabetização desses sujeitos. No entanto, os problemas com a comunicação total ainda se mostraram insuficientes no tocante ao letramento, à aquisição da língua de sinais e da fluência na língua franca oro-auditiva na modalidade escrita por surdos.

Já em relação às modificações no contexto filosófico-educacional de surdos, cumpre-nos assinalar que o cenário educacional de surdos brasileiros também sofreu as influências do oralismo e da Comunicação Total. Com a abertura do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atualmente denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em 1857, Ernest Huet inicia o processo de escolarização de surdos no Brasil Império, a partir da inserção de uma metodologia com enfoque na língua gestual, consoante ao pensamento europeu predecessor ao oralismo, instituído por L'Épée e Ponce de León. Anos mais tarde, esse instituto tem suas atividades em língua de sinais cerceadas pela imposição dos pressupostos oralistas na educação de surdos. Assim, o Brasil também vivenciou os percalços educacionais advindos do oralismo e seu conseqüente fracasso por quase um século.

Em meados do século XX, a partir das mobilizações e reflexões acerca da educação de surdos no cenário internacional, e de como isso repercutiu no sistema educacional brasileiro, os educadores de surdos se engajaram em outras propostas metodológicas e de reabilitação desses sujeitos. Buscavam, dessa forma, efeitos atenuantes para as fragilidades do oralismo, recorrendo à Filosofia da Comunicação Total e à reinserção da língua de sinais no processo de ensino-aprendizagem.

A despeito das tentativas de se desvencilhar do modelo oralista de ensino a partir da adoção da Comunicação Total, observamos um enorme contingente de surdos sem acesso à leitura, à escrita, à oralização e, *não raro*, até mesmo à língua de sinais. Goldfeld (1997) e Lacerda (1998) reforçam nossas impressões quando narram as lutas da comunidade surda em prol

de melhorias na condução do processo de escolarização de seus povos, bem como à busca pelo direito ao reconhecimento de sua língua, cultura e identidade.

Em 2002, os movimentos surdos no Brasil chegam ao seu apogeu, marcado pela forte mobilização nacional e articulações junto às autoridades governamentais em Brasília. Como resultado disso, temos a aprovação da Lei nº Lei 10.436 e seu respectivo decreto nº 5.626, promulgado três anos mais tarde. Esses dois dispositivos legais foram fundamentais para inserir o surdo no bojo das políticas públicas educacionais, inclusivas, de acesso à informação e acessibilidade.

Na direção das políticas públicas educacionais, vemos o hasteamento da bandeira de luta em prol da educação bilíngue para surdos, cuja premissa estabelece o respeito à identidade, à cultura e à língua de sinais como requisitos fundamentais à condução do processo de alfabetização e letramento de surdos. Nesse contexto, Quadros (2009) revela-se o principal precursor do bilinguismo, na tentativa de consolidá-lo como direcionamento filosófico-educacional que atende de forma mais adequada às especificidades linguísticas dos surdos. Com efeito, ela considera essencial o respeito à língua de sinais como língua de instrução do processo de escolarização, pelo desenvolvimento de estratégias metodológicas para aquisição da língua franca oro-auditiva como segunda língua na modalidade escrita por surdos.

Desse modo, a inserção da língua de sinais no contexto educativo e sua articulação com os aspectos socioculturais são premissas que não podem ser estanques às comunidades indígenas, uma vez que o direito à educação de qualidade com igualdade de condições é cláusula pétrea prevista na Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Nesse prisma, compreendemos que os surdos Xukuru do Ororubá precisam ter registrados e documentados os sinais utilizados no seu contexto sociocultural, para que seja assegurado o acesso deles à educação escolar, assegurando, por conseguinte, o seu direito à diferença.

### **As relações interculturais dos surdos Xukuru**

Os processos de exclusão no contexto da educação escolar visam levar as pessoas a ser consideradas como algo descartável na economia globalizada. Para compreender os diversos sentidos e significados atribuídos a esses conceitos, em termos de processos próprios de ensino-aprendizagem nas relações interculturais das escolas indígenas, vamos contextualizar a necessidade do registro das línguas de sinais desses povos com as epistemologias dos estudos surdos, no contexto da educação intercultural na perspectiva da cultura e identidade das línguas de sinais.

Para Silva Carvalho (2005), existe uma enorme distância entre a teoria, os direitos educacionais regidos pelas políticas públicas e a prática escolar, o que realmente tem acontecido nas escolas.

[...] há um imenso abismo entre o mundo acadêmico e o cotidiano escolar. Este cotidiano nos revela, ainda hoje, uma grande lacuna entre o que é realmente proposto em lei, o desenvolvimento do conhecimento produzido nas universidades e a realidade de nossas escolas no que se refere à educação de surdos. Diferentes práticas pedagógicas têm sido desenvolvidas e aplicadas quanto à educação de surdos. No entanto, nota-se que um grande número de surdos, ao concluir sua escolarização básica, não é capaz de ler e escrever fluentemente ou de ter domínio sobre os conteúdos pertinentes a este nível de escolarização. Pode-se, aqui, inferir que esta lacuna esteja diretamente ligada a uma série de fatores que vêm acompanhando o processo educacional do surdo por gerações (SILVA CARVALHO, 2005, p. 25).

A complexidade da educação escolar indígena vem ganhando destaque nas últimas dé-

cadadas com a presença de surdos indígenas. Um questionamento que se faz necessário é: será que os surdos indígenas foram realmente consultados, participaram ativamente da elaboração das leis e propostas pedagógicas que direcionam a educação escolar indígena no Brasil?

Na verdade, observa-se que as políticas educacionais da maioria dos estados não vêm contemplando na prática os anseios das comunidades surdas no que se relaciona aos processos de ensino-aprendizagem na educação escolar indígena.

A proposta de inclusão dos indígenas surdos nos programas educacionais tem origem na Declaração dos Direitos Humanos (1948) que assegura o direito de todos à educação, confirmado pela Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990, na Tailândia, e consolidado na Declaração de Salamanca que aponta a educação inclusiva como forma mais eficiente de promover a educação para todos.

Nesta perspectiva, Candau (2008, p. 54) corrobora com essa discussão ao afirmar que o desenvolvimento de uma educação intercultural é uma questão complexa, atravessada por tensões e desafios relacionados aos direitos humanos. Nesse sentido, deve-se fazer a problematização dos diferentes elementos do modo como hoje concebemos nossas práticas educativas e sociais na educação escolar indígena. Para Candau (2008.), as relações entre direitos humanos, diferenças culturais e educação colocam-nos no horizonte da afirmação da dignidade humana num mundo que parece não ter mais essa convicção como referência radical. Trata-se, pois, de afirmar uma perspectiva que se mostre como alternativa e contra-hegemônica de construção social, política e educacional.

O Ministério da Educação (MEC), por meio de documentos oficiais, assegura que a inclusão é uma responsabilidade governamental que visa promover novas práticas sociais para atender a todos – independentemente de suas necessidades educacionais especiais, conforme o que estabelece a Constituição Federal em seu Artigo 206, inciso I, que garante “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

Já a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB, 1996), em seu artigo 58, em consonância com a legislação em vigor e com as políticas de educação especial do SEESP/MEC, assegura também o atendimento educacional especializado para alunos surdos, de modo a atender suas especificidades com intérpretes de Língua de Sinais, professores de Português como segunda língua e outros profissionais: fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais.

Por fim, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a Resolução nº 02/2001, que institui Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica incluindo os alunos surdos no grupo daqueles com dificuldade de comunicação e sinalização diferenciada dos demais alunos, e que demandem a utilização de linguagens e códigos aplicáveis. Conforme o parágrafo 2º do Art. 12 desta Resolução:

Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de sinalização diferenciada dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a Língua de Sinais, sem prejuízo no aprendizado de língua portuguesa, facultando-lhes e as suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequadas, ouvindo os profissionais especializados em cada caso (CNE, RESOLUÇÃO Nº 02/2001).

Com esse pressuposto do Marco Legal da Legislação, a Resolução reconhece as diferenças entre surdos e ouvintes, garantindo que o processo educacional proporcione ao aluno surdo propostas pedagógicas que supram suas necessidades de desenvolvimento escolar. Dessa forma, vale ainda ressaltar que no ano de 2005 foi homologado o decreto 5.626, que regulamenta a Lei Federal de Libras 10.436, de 24 de abril de 2002, assegurando ações para a inclusão do

aluno surdo na sociedade e valorizando a identidade e cultura surda como forma de respeitar as diferenças e consolida a Língua de Sinais, dando a ela status de língua.

Entre as conquistas da comunidade surda brasileira, outra a ser destacada é a regulamentação da Lei 12.319, que oficializa a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais. Desse modo, as políticas públicas passam a levar, na devida conta, a presença dos intérpretes da língua de sinais como essencial para o processo de acessibilidade dos surdos na sociedade brasileira. Compreendemos que as relações interculturais entre surdos e ouvintes passam pela promoção de novas práticas de ensino-aprendizagem. Nesse rumo, é preciso reconhecer que os paradigmas da educação intercultural na perspectiva da educação escolar indígena, de forma criativa, podem ajudar na construção de diálogos interculturais entre surdos e ouvintes.

As relações pedagógicas construídas na perspectiva das relações interculturais podem contribuir com novos saberes para a educação de surdo. Nesse sentido, a identificação de sinais naturais utilizados pelos surdos é essencial para a elaboração de conteúdos de ensino-aprendizagem no contexto da educação escolar indígena. O desenvolvimento desses processos próprios pode assegurar a adoção de práticas pedagógicas interculturais sem negligenciar a identidade cultural dos indígenas surdos, ampliando os horizontes de promoção e divulgação de suas línguas de sinais.

### Considerações Finais

À luz deste estudo, torna-se clara e urgente a necessidade da inserção da Língua Brasileira de Sinais no contexto escolar do Povo Xukuru, para garantir a efetividade dos processos próprios de ensino-aprendizagem aos surdos indígenas. Acreditamos que tal ação é necessária porque existe respaldo legal que assegura Libras como língua natural dos surdos brasileiros – e entre eles obviamente se inserem os povos indígenas. Assegurar a língua de sinais aos surdos indígenas é direito que precisa ser garantido entre as necessidades primordiais do ser humano.

Na tentativa de compreender as políticas de formação continuada de professores no tocante a Libras, procuramos o Conselho de Professores Indígenas Xukuru do Ororubá (COPIXO). Fizemos duas reuniões e uma roda de conversa com os coordenadores de apoio do COPIXO para refletir sobre a Lei nº 10.436/2002 e o decreto nº 5.626/2005. Como resultado desses diálogos interculturais, os responsáveis pelo COPIXO reconheceram a necessidade de oferecer cursos de Libras para a formação continuada dos professores que atuam na escola indígena.

Nesse contexto, reconhecemos que existe a necessidade de registro e documentação das especificidades linguísticas e pedagógicas dos indígenas surdos. A conversa com professores e as reuniões com os integrantes do COPIXO foram imprescindíveis para assegurar conhecimento sobre a língua de sinais no contexto indígena. Nesse prisma, cremos que essa pesquisa ajudará a fomentar outros estudos que possam contribuir com o direito à dignidade humana e de surdos do Povo Xukuru do Ororubá.

Os resultados aqui apresentados mostram que os professores das escolas indígenas do Povo Xukuru do Ororubá não estão qualificados para as práticas pedagógicas da educação de surdos. A condução do processo de ensino-aprendizagem pelos professores sem levar em consideração as especificidades linguísticas e culturais dos surdos indígenas mostra a necessidade urgente de produção de materiais didáticos apropriados para alfabetização e letramento.

Apesar de existirem poucas pesquisas na área, as questões e lacunas que apontamos foram refletidas a partir de uma experiência etnográfica de convivência e contato com os profes-

sores que atuam na educação escolar do Povo Xukuru do Ororubá. As vivências, a socialização e as observações do cotidiano dos indígenas surdos e dos professores foram importantes para compreendermos suas necessidades linguísticas, culturais e identitárias.

Com este estudo, esperamos contribuir para discussões no âmbito da educação de surdos indígenas, a qual enfrenta lacunas tais como o ensino de Libras e propostas de letramento numa perspectiva bilíngue para surdos. Tais reflexões se fazem urgentes, haja vista que os indígenas surdos ficam à margem da sociedade e do seu próprio povo quando não lhes é ofertada a escolarização indígena negligenciando a língua de sinais.

De modo complementar, também esperamos que este estudo sirva de fomento para a realização de outras pesquisas que busquem aprofundar as discussões sobre a educação dos indígenas surdos no Povo Xukuru do Ororubá, no tocante à formação de professores em Libras, elaboração de materiais didáticos específicos e metodologia de ensino adequada aos interesses socioculturais e identitários desses sujeitos.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, MEC, Secretaria de Educação Especial, 1994.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas** – Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Constituição Federal, 1988. **Constituição Federal**, 1988. Constituição da República do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril 2002**. Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20/12/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Presidência da República – Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 1996.

CANDAU, Vera Maria Candau. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37 jan./abr. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000100005>

FREIRE, Centro de Cultura Luiz. **PROFESSOR XUKURU DO ORORUBÁ. Xukuru filhos da mãe Natureza: uma história de resistência e luta**. Olinda, PE, Centro de Cultura Luiz Freire, 1997.

GOLDFELD, M. **A criança surda**. São Paulo: Plexus, 1997.

LACERDA, Cristina. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 19, n. 46, set. 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007>

MARIN, José. Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre saber local e saber universal, no contexto da globalização. **Visão Global**, Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 127-154, jul./dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.5335/rep.v16i1.7447>

PARAÍSO, Marlucy. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

SILVA, Edson H. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira, PE), 1950-1988**. 2. ed. Recife, EdUFPE, 2017.

SILVA, A. C. da. A representação social da surdez: entre o mundo acadêmico e o cotidiano escolar. In: FERNANDES, Eulália (Org.). **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

VILHALVA, Shirley. **Índios surdos: mapeamento das Línguas de Sinais do Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Arara Azul, 2012.

VILHALVA, Shirley; GOMES, João Carlos. **Epistemologia da evolução dos Sinais Familiares para os Sinais Emergentes das Línguas de Sinais Indígenas em Contextos Interculturais**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Universidade Federal de Rondônia (UNIR) – Grupo Pesquisador em Educação Intercultural (GPEI) – no prelo – Porto Velho, 2020.

## **SOBRE OS AUTORES**

**MONICA LIMA SILVA DE MOURA:** Formada em Direito e licenciada em Letras-Libras pela Universidade Federal de Pernambuco. Desde 2014 pesquisa sobre indígenas surdos e direitos constitucionais dos povos indígenas. Pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia, Departamento de Letras Libras, vinculado ao mestrado em Letras, linha de pesquisa estudo da diversidade cultural.

[monicausolibras@gmail.com](mailto:monicausolibras@gmail.com)

**JOÃO CARLOS GOMES:** Possui Graduação em Pedagogia (FID), Mestrado em Educação (UFMT) e Doutorado em Ciências (UFSCAR) na Linha de Pesquisa em Educação Ambiental e Pós-Doutorado em Educação e Interculturalidade pela Universidade Católica Dom Bosco de Mato Grosso do Sul (UCDB/MS). É Professor e Pesquisador da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus Porto Velho, Departamento de Letras Libras, Líder do Grupo Pesquisador em Educação Intercultural (GPEI), credenciado no Mestrado Acadêmico em Letras (ML/UNIR/Porto Velho), área de concentração: Línguas, Linguagens e Culturas Amazônicas - na linha pesquisa de Estudos de diversidade cultura, voltado a compreender as diferenças entre comunidades, em termos de língua, variedades, variações, falares e escritos artísticos, localizando as características próprias da Amazônia.

[joaguato@unir.br](mailto:joaguato@unir.br)

## **Como referenciar este artigo**

SILVA DE MOURA, Mônica Lima; GOMES, João Carlos. Mapeamento das línguas de sinais indígenas no povo Xukuru do Ororubá no contexto dos estudos surdos. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, Boa Vista, v. 1, Edição temática – A interface da educação especial com a educação indígena – confluências e divergências, p. 000-000, 2020. E-ISSN: 2675-3294.

**Submetido em:** 13/08/2020

**Revisões requeridas em:** 04/09/2020

**Aprovado em:** 21/11/2020